

ÍNDICE CRONOLÓGICO

APRESENTAÇÃO	5
LEGISLAÇÃO DA AGU, GESTÃO DE CONFLITOS E GOVERNANÇA	15
LEI Nº 9.028, DE 12 DE ABRIL DE 1995 – Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.....	17
LEI Nº 12.813, DE 16 DE MAIO DE 2013 – Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.	25
LEI Nº 13.327, DE 29 DE JULHO DE 2016 – Altera a remuneração de servidores públicos; estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões; altera os requisitos de acesso a cargos públicos; reestrutura cargos e carreiras; dispõe sobre honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, suas autarquias e fundações.....	29
» <i>Excertos – artigos exigidos no Edital.</i>	
DECRETO Nº 10.201, DE 15 DE JANEIRO DE 2020 – Regulamenta o §4º do Art. 1º e o Art. 2º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, para fixar os valores de alçada para a autorização de acordos ou transações celebradas por pessoa jurídica de direito público federal e por empresas públicas federais, para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais.....	33
PORTARIA AGU Nº 320, DE 13 DE JUNHO DE 2019 – Institui o Núcleo Especializado em Arbitragem.....	35
PORTARIA CONJUNTA Nº 03, DE 19 DE JUNHO DE 2019 – Disciplina a estruturação e o funcionamento do Núcleo Especializado em Arbitragem.....	37
PORTARIA PGU Nº 11, DE 8 DE JUNHO DE 2020 – Regulamenta, no âmbito da Procuradoria-Geral da União e de seus órgãos de execução, o procedimento de celebração de acordos destinados a encerrar, mediante negociação, ações judiciais ou a prevenir a propositura destas, relativamente a débitos da União.	39
PORTARIA CONJUNTA PGU-CGU/AGU Nº 7, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021 – Dispõe sobre a intervenção da União em processos arbitrais.	45

PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 46, DE 30 DE MARÇO DE 2022 – Institui o Sistema de Governança Corporativa, a Política de Governança de Processos de Trabalho, a Política de Gestão de Riscos e a Política de Governança de Programas e Projetos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal.	47
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020 – Termo de Ajustamento de Conduta.....	65
DIREITO ADMINISTRATIVO	67
LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999 – Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta. (PGF e AGU).....	69
LEI Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000 – Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras. (PGF).....	71
LEI Nº 10.480, DE 2 DE JULHO DE 2002 – Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU – GDAA, cria a Procuradoria-Geral Federal.	77
LEI Nº 12.783, DE 11 DE JANEIRO DE 2013 – Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. (PGF)..	85
LEI Nº 12.815, DE 5 DE JUNHO DE 2013 – Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. (PGF)	95
LEI Nº 13.448, DE 5 DE JUNHO DE 2017 – Estabelece diretrizes gerais para prorrogação e relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário da administração pública federal. (PGF).....	113
DECRETO-LEI Nº 147, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1967 – Dá nova lei orgânica à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (P.G.F.N.). (PFN).....	121
DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994 – Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. (PFN)	135
DECRETO Nº 3.555, DE 8 DE AGOSTO DE 2000 – Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. (AGU).....	139
DECRETO Nº 6.029, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2007 – Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal. (PFN)	145
DECRETO Nº 6.170, DE 25 DE JULHO DE 2007 – Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. (PFN e AGU)	149
DECRETO Nº 7.581, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011 – Regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, de que trata a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. (AGU).....	157
» (Redação dada pelo Decreto nº 8.251, de 2014).	
DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012 – Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição. (PFN).....	179
DECRETO Nº 7.746, DE 5 DE JUNHO DE 2012 – Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.....	193
» (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017).	

ÍNDICE CRONOLÓGICO

<p>DECRETO Nº 7.983, DE 8 DE ABRIL DE 2013 – Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.....</p>	195
<p>DECRETO Nº 11.129, DE 11 DE JULHO DE 2022 – Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. (PFN)</p>	199
<p>DECRETO Nº 11.317, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022 – Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.....</p>	213
<p>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 424, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016 – Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências. (PFN e AGU) ...</p>	215
<p>INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 1, DE 15 DE JANEIRO DE 1997 – Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução. (PGF).....</p>	255
DIREITO TRIBUTÁRIO.....	271
<p>LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 29 DE JUNHO DE 2001 – Institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. (PGFN).....</p>	273
<p>LEI Nº 13.988, DE 14 DE ABRIL DE 2020 – Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica; e altera as Leis n os 13.464, de 10 de julho de 2017, e 10.522, de 19 de julho de 2002. (PGFN).....</p>	277
<p>PORTARIA PGFN Nº 948, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017 – Regulamenta, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade – PARR.</p>	285
<p>PORTARIA PGFN Nº 33, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018 – Regulamenta os arts. 20-B e 20-C da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 e disciplina os procedimentos para o encaminhamento de débitos para fins de inscrição em dívida ativa da União, bem como estabelece os critérios para apresentação de pedidos de revisão de dívida inscrita, para oferta antecipada de bens e direitos à penhora e para o ajuizamento seletivo de execuções fiscais.</p>	287
<p>PORTARIA PGFN Nº 742, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018 – Disciplina, nos termos do art. 190 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, e art. 19, §13, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, a celebração de negócio jurídico processual – NJP em sede de execução fiscal, para fins de equacionamento de débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS, e dá outras providências.....</p>	301
<p>PORTARIA PGFN Nº 6.757 DE 29 DE JULHO DE 2022 – Regulamenta a transação na cobrança de créditos da União e do FGTS.....</p>	305
<p>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.888, DE 3 DE MAIO DE 2019 – Institui e disciplina a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações realizadas com criptoativos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB). (PGFN).....</p>	321
DIREITO FINANCEIRO.....	325
<p>LEI Nº 10.150, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000 – Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS. (PFN).....</p>	327

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.170-36, DE 23 DE AGOSTO DE 2001 – Dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto. (PFN).....	339
LEI COMPLEMENTAR Nº 156, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016 – Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal. (PFN).....	341
DECRETO Nº 93.872, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1986 – Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente. (PFN).....	349
DECRETO Nº 10.690, DE 29 DE ABRIL DE 2021 – Regulamenta o processo de transição entre empresas estatais federais dependentes e não dependentes. (PFN).....	369
RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 43, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001 – Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização. (PFN).....	373
RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 48 DE 21, DE DEZEMBRO DE 2007 – Dispõe sobre os limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno. (PFN).....	387
PORTARIA ME Nº 117, DE 06 DE JANEIRO DE 2022 – Dispõe sobre os procedimentos que devem ser adotados, no âmbito do Ministério da Economia e das entidades a ele vinculadas, para a realização de novação de dívidas de responsabilidade do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS. (PFN) .	393
DIREITO ECONÔMICO	397
LEI Nº 4.380, DE 21 DE AGOSTO DE 1964 – Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. (PFN).....	399
LEI Nº 10.214, DE 27 DE MARÇO DE 2001 – Dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos brasileiro. (PFN).....	413
LEI Nº 14.286, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021 – Dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil. (PFN).....	415
LEI Nº 14.430, DE 3 DE AGOSTO DE 2022 – Dispõe sobre a emissão de Letra de Risco de Seguro (LRS) por Sociedade Seguradora de Propósito Específico (SSPE), sobre as regras gerais aplicáveis à securitização de direitos creditórios e à emissão de Certificados de Recebíveis e sobre a flexibilização do requisito de instituição financeira para a prestação do serviço de escrituração e de custódia de valores mobiliários. (PFN).....	423
DECRETO-LEI Nº 73, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros. (PFN).....	435
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	451
LEI Nº 9.703, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1998 – Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais. (AGU).....	453
DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL	
LEI Nº 6.367, DE 19 DE OUTUBRO DE 1976 – Dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS. (PGF).....	457

LEI Nº 9.715, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998 – Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP. (AGU).....	461
LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998 – Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal.....	463
LEI Nº 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999 – Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria.	467
LEI Nº 10.779, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003 – Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. (PGF).....	471
LEI Nº 10.887, DE 18 DE JUNHO DE 2004 – Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997.....	475
LEI Nº 12.618, DE 30 DE ABRIL DE 2012 – Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências. (PGF).....	481
DECRETO Nº 61.784, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1967 – Aprova o Regulamento do Seguro de Acidentes do Trabalho.	491
DECRETO Nº 8.424, DE 31 DE MARÇO DE 2015 – Regulamenta a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente. (PGF)...	503
DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO	509
LEI Nº 14.437, DE 15 DE AGOSTO DE 2022 – Autoriza o Poder Executivo federal a dispor sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública em âmbito nacional ou em âmbito estadual, distrital ou municipal reconhecido pelo Poder Executivo federal. (PFN).....	511
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.143, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022 – Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2023.	523
DECRETO Nº 9.507, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018 – Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. (PGF).....	525
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017 – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. (AGU).....	529

DIREITO AMBIENTAL.....	545
LEI Nº 11.516, DE 28 DE AGOSTO DE 2007 – Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes. (PGF).....	547
DECRETO Nº 10.936, DE 12 DE JANEIRO DE 2022 – Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. (AGU).....	553
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 1, DE 23 DE JANEIRO DE 1986 – Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental	569
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1997 – Dispõe sobre conceitos, sujeição, e procedimento para obtenção de Licenciamento Ambiental.....	573
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 302, DE 20 DE MARÇO DE 2002 – Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno ..	581
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 303, DE 20 DE MARÇO DE 2002 – Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.....	585
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 378 de 19 DE OUTUBRO DE 2006 – Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no inciso III, §1º, art. 19 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.....	589
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 428, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010 – Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o art. 36, §3º, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 , bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA. (PGF).....	591
» https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=112844	
DIREITO AGRÁRIO.....	593
LEI Nº 11.952, DE 25 DE JUNHO DE 2009 – Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. (PGF).....	595
LEI Nº 13.178, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015 – Dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira; e revoga o Decreto-Lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, e a Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999. (PGF).....	605
DECRETO Nº 59.566, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1966 – Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966. (PGF)	607
DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003 – Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (PGF)	619
DECRETO Nº 9.311, DE 15 DE MARÇO DE 2018 – Regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para dispor sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária. (PGF).....	623
DECRETO Nº 10.592, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020 – Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âm-	

bito da Amazônia Legal, e em terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio de alienação e concessão de direito real de uso de imóveis. (PGF)	635
LEGISLAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.....	647
LEI Nº 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001 – Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior.....	649
LEI Nº 10.973, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004 – Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. (PGF).....	673
LEI Nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005 – Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004.....	685
LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012 – Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.	693
LEI Nº 13.243, DE 11 DE JANEIRO DE 2016 – Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação.....	695
RESOLUÇÃO MEC Nº 1, DE 25 DE JULHO DE 2022 – Dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós- graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.....	705
DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL.....	713
DECRETO Nº 9.663, DE 1º DE JANEIRO DE 2019 – Aprova o Estatuto do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf. (PFN)	715
» · Revoga o Decreto nº 2.799, de 8 de outubro de 1998., exigido no Edital da PFN.	
DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 2021 – Aprova o texto da Convenção sobre o Crime Cibernético, celebrada em Budapeste, em 23 de novembro de 2001. (PGF).....	721
PORTARIA RFB Nº 1.750, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018 – Dispõe sobre representação fiscal para fins penais referente a crimes contra a ordem tributária, contra a Previdência Social, e de contrabando ou descaminho, sobre representação para fins penais referente a crimes contra a Administração Pública Federal, em detrimento da Fazenda Nacional ou contra administração pública estrangeira, de falsidade de títulos, papéis e documentos públicos e de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, e sobre representação referente a atos de improbidade administrativa. (PFN).....	739
DIREITO INTERNACIONAL.....	745
DECRETO Nº 350, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1991 – Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (TRATADO MERCOSUL – TRATADO DE ASSUNÇÃO).	747
DECRETO Nº 591, DE 6 DE JULHO DE 1992 – Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.	757
DECRETO Nº 592, DE 6 DE JULHO DE 1992 – Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos.....	765
DECRETO Nº 3.413, DE 14 DE ABRIL DE 2000 – Promulga a Convenção sobre os Aspectos Cívicos do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980. (AGU).....	777

DECRETO Nº 7.030, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009 – Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66.	785
DECRETO Nº 8.842, DE 29 DE AGOSTO DE 2016 – Promulga o texto da Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, firmada pela República Federativa do Brasil em Cannes, em 3 de novembro de 2011. (PFN).....	801
CONVENÇÃO SOBRE ASSISTÊNCIA MÚTUA ADMINISTRATIVA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....	803
» <i>Texto alterado pelas disposições constantes do Protocolo de alteração à Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária que entrou em vigor em 1º de Junho de 2011.</i>	
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS – Resolução nº 217 – Assembleia-Geral da ONU.....	813
DECLARAÇÃO AMERICANA DOS DIREITOS E DEVERES DO HOMEM.	817
ESTATUTO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.....	823
ESTATUTO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.....	827